



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE APIÚNA

RUA QUINTINO BOCAIÚVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br

Folha nº

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE LICITAÇÃO

Eu, MARCELO DOUTEL DA SILVA, Prefeito de Apiúna, ordeno ao setor de Licitações que proceda a abertura de Processo Licitatório para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO E GESTÃO DA FESTA DO AGRICULTOR A SE REALIZAR NOS DIAS 01 E 02 DE AGOSTO DE 2026 COM FORNECIMENTO DAS ESTRUTURAS, SONORIZAÇÃO, DIVULGAÇÃO, SEGURANÇA, LIMPEZA, TARDE DANÇANTE, PARQUE INFANTIL, BEBIDA, ALIMENTAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS na modalidade de Pregão Eletrônico e designo a Comissão de Licitações nomeada na portaria de número 7/2026 para realizar os procedimentos referentes ao certame.

Apiúna, 09 de junho de 2026.

MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO DE APIÚNA



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE APIÚNA

RUA QUINTINO BOCAIÚVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br

Folha nº

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026 MUNICÍPIO DE APIÚNA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO E GESTÃO DA FESTA DO AGRICULTOR A SE REALIZAR NOS DIAS 01 E 02 DE AGOSTO DE 2026 COM FORNECIMENTO DAS ESTRUTURAS, SONORIZAÇÃO, DIVULGAÇÃO, SEGURANÇA, LIMPEZA, TARDE DANÇANTE, PARQUE INFANTIL, BEBIDA, ALIMENTAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS.

O MUNICÍPIO DE APIÚNA, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE A PREFEITURA MUNICIPAL, REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE **PREGÃO ELETRÔNICO**, NOS TERMOS CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

Data da sessão: 25/06/2026

Horário: 09:00:00

Local: Portal ComprasBr – www.comprasbr.com.br

Critério de Julgamento: Menor Preço

Modo de disputa: Preço Global

Impugnações e Esclarecimentos até às 09 horas do dia 22/06/2026.

1. DO OBJETO E VISITA TÉCNICA.

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO E GESTÃO DA FESTA DO AGRICULTOR A SE REALIZAR NOS DIAS 01 E 02 DE AGOSTO DE 2026 COM FORNECIMENTO DAS ESTRUTURAS, SONORIZAÇÃO, DIVULGAÇÃO, SEGURANÇA, LIMPEZA, TARDE DANÇANTE, PARQUE INFANTIL, BEBIDA, ALIMENTAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será **Menor Preço Global**, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas às exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. A vistoria técnica no local da realização da Festa do Agricultor será **facultativa**, podendo ser realizada pelas licitantes interessadas, mediante prévio agendamento junto ao setor responsável da Administração Municipal, em horário de expediente.

1.4. A vistoria tem por finalidade proporcionar às licitantes o pleno conhecimento das condições do local do evento, incluindo, mas não se limitando a: áreas destinadas à montagem de estruturas, pontos de energia elétrica, abastecimento de água, acessos para carga e descarga, logística de montagem e desmontagem, além das condições gerais para execução dos serviços relacionados a shows, sonorização, iluminação, fornecimento de alimentação e demais atividades vinculadas ao evento.

1.5. A licitante que optar por realizar a vistoria deverá apresentar, juntamente com a proposta, declaração de realização de vistoria técnica, emitida pelo responsável designado pela Administração.

1.6. Alternativamente, a licitante que não realizar a vistoria deverá apresentar declaração formal de que possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à execução do evento, assumindo integral responsabilidade pela formulação de sua proposta e pela execução dos serviços, especialmente quanto à montagem de estruturas, logística operacional, fornecimento de alimentação e realização das apresentações artísticas, não podendo alegar desconhecimento posterior para quaisquer fins. O documento deverá ser anexado no portal de compras juntamente com os documentos de habilitação.

1.7. Ressalta-se que a não realização da vistoria técnica não será motivo de inabilitação, desclassificação ou atribuição de qualquer vantagem ou pontuação, não influenciando no julgamento das propostas.

1.8. Caso a licitante optar por fazer a vistoria técnica deverá ser mediante a agendamento prévio, a visita deverá ser acompanhado pelo Assessor Operacional de Agricultura, Maico Meneghelli, com o representante legal ou responsável técnico da proponente. O agendamento será realizado pelo telefone 47 3353-1858/47 99931-3333 ou por via endereço eletrônico ass.agricultura@apiuna.sc.gov.br, onde será fornecido “Termo de Vistoria Técnica” e o mesmo deverá ser anexado no portal de compras juntamente com os documentos de habilitação.



1.9. O agendamento deverá ser realizado até 3 (três) dias antes da data de abertura da licitação.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

As despesas provenientes do presente edital correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s), podendo ser acrescentadas novas dotações conforme a necessidade:

Dotações Orçamentárias
151 - 07.001.2070.3339039230000000000.150070000000 - Festividades e homenagens

3. DO CREDENCIAMENTO.

- 3.1.** Para participar do pregão, o licitante deverá se credenciar no Portal de Licitações através do site “<http://comprasbr.com.br>”.
- 3.2.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
- 3.3.** O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Apiúna, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.4.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 3.4.1.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

- 4.1.** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no PORTAL COMPRASBR.
- 4.2.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.
- 4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:**
- 4.3.1.** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.3.2.** Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.3.3.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.3.4.** Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;
- 4.3.5.** Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.3.6.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 4.4.** A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.5.** Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.5.1.** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;



4.5.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

4.5.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.5.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atenda às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. Ultrapassada a fase de lances do pregão, será solicitado aos vencedores a apresentação dos documentos exigidos para fins de habilitação deste edital. Os licitantes terão o prazo de 2 (duas) horas para anexar no sistema eletrônico todos os documentos exigidos neste edital, podendo este prazo ser prorrogado por mais 2 (duas) horas, desde que solicitado pelo licitante com justificativa aceita pelo Agente de Contratações.

5.2.1. O licitante poderá, se desejar, anexar antecipadamente ao sistema a documentação de habilitação, juntamente com a proposta.

5.2.2. Recomenda-se nomear cada arquivo anexado nas fases de habilitação e proposta com a respectiva cláusula do edital que o exige.

5.3. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.



5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregão e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.9. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

6.1. A proponente deverá utilizar, como referência para elaboração da proposta, a tabela constante no Anexo II deste Edital – Planilha de Composição de Custos. A referida planilha deverá ser devidamente preenchida e anexada no Portal de Compras no ato do cadastramento da proposta, contendo o detalhamento completo dos serviços, bem como os respectivos valores unitários e totais. Os valores apresentados não poderão ultrapassar os valores máximos unitários fixados na planilha de composição de custos, nem o valor máximo global estimado para a contratação.

6.2. O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.2.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;

6.2.2. Marca de cada item ofertado, se for o caso;

6.2.3. Modelo de cada item ofertado, se for o caso;

6.2.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. O prazo de validade da proposta será de no mínimo **90 (Noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.6.1. Caso julgue necessário, o Pregoeiro poderá solicitar a prorrogação do prazo de validade das propostas, por escrito, antes do término do prazo de validade inicialmente estipulado. A prorrogação do prazo de validade das propostas poderá ser concedida uma única vez e por período determinado pelo Pregoeiro, não podendo ultrapassar o limite máximo de 90 (noventa) dias;

6.6.2. Caso a licitação não se conclua no prazo de validade da proposta, mesmo sem a manifestação de interesse do pregoeiro, fica a proposta automaticamente prorrogada em mais 90 (noventa) dias.

6.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência e este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.



7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.1.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual** de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 10,00 (DEZ REAIS)**.

7.8.1. **O pregoeiro poderá ajustar o valor do lance mínimo, bem como, refazer a etapa de lances para corrigir erros sanáveis.**

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.

7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes do certame, publicada no <http://www.comprasbr.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria às microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

7.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.27. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

7.27.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.27.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

7.27.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.27.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

7.28. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.28.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.28.2. Empresas brasileiras;

7.28.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.28.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.



7.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.30. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.30.1. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.31. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.32. Será facultado ao pregoeiro, em qualquer fase da sessão pública, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.2. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.7. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.7.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 5 (cinco) dias úteis contados da solicitação.



8.7.4. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.7.4.1. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.7.4.2. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital e no Termo de Referência, a proposta do licitante será recusada.

8.7.4.3. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo(s) primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.7.4.4. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

8.7.4.5. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 5 (cinco) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

8.7.4.6. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.7.4.7. A Administração poderá solicitar carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor.

8.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.11. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.12. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.13. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8.15. Será solicitado aos vencedores a apresentação dos documentos exigidos para fins de habilitação deste edital. Os licitantes terão o prazo de 2 (duas) horas para anexar no sistema eletrônico todos os documentos exigidos neste edital, podendo este prazo ser prorrogado por mais 2 (duas) horas, desde que solicitado pelo licitante com justificativa aceita pelo Agente de Contratações e/ou pregoeiro.

8.15.1 O licitante poderá, se desejar, anexar antecipadamente ao sistema a documentação de habilitação, juntamente com a proposta.

8.15.2 Recomenda-se nomear cada arquivo anexado nas fases de habilitação e proposta com a respectiva cláusula do edital que o exige.

9. DA HABILITAÇÃO.

9.1. COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O PREGOEIRO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO PORTAL DO COMPRASBR, E AINDA NOS SEGUINTE CADASTROS:



9.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

9.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

9.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.4.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.4.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL COMPRASBR** em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.

9.2.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do PORTAL COMPRASBR, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

9.3. Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

9.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas** sob pena de inabilitação.

9.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.7.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.8. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.9. HABILITAÇÃO JURÍDICA:



9.9.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.9.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.9.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.9.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.9.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.9.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.9.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.9.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.10. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.10.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

9.10.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.10.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.10.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.10.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

9.10.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

9.10.7. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

9.10.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.11. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

9.11.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 60 (sessenta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;



9.11.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.11.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.11.3.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.11.3.2. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.12. DA SUBCONTRATAÇÃO.

9.12.1. É permitida a subcontratação dos serviços objeto da contratação, excetuando-se a parcela principal, assim compreendida a gestão, coordenação e execução global do evento, incluindo o planejamento, a organização, a supervisão operacional e a integração dos serviços contratados. Para os demais itens e serviços acessórios, a subcontratação será admitida, desde que previamente autorizada pela Administração e observadas as condições estabelecidas no edital.

9.12.2. A licitante vencedora deverá, por ocasião da apresentação da proposta reajustada, manifestar expressamente a intenção de subcontratar, indicando de forma clara e objetiva os serviços que pretende subcontratar.

9.12.3. No ato da apresentação da documentação de habilitação, a licitante deverá anexar, obrigatoriamente, o “Termo de Responsabilidade para Execução de Serviços da Subcontratada”, devidamente assinado por seu representante legal, declarando que assume integral responsabilidade pela execução dos serviços eventualmente subcontratados, bem como pela conformidade técnica, legal e operacional das empresas subcontratadas.

9.12.4. A documentação das empresas subcontratadas, inclusive aquela relativa à qualificação técnica, deverá ser apresentada previamente à assinatura do contrato, mediante solicitação do servidor responsável.

9.12.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que tenha vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigente da organização contratante ou com agente público envolvido na licitação, na fiscalização ou na gestão do contrato. A vedação estende-se, ainda, aos cônjuges, companheiros e parentes, consanguíneos ou por afinidade, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, das pessoas mencionadas.

9.12.6. Ressalta-se, ainda, que é vedada a subcontratação total do objeto, bem como da parcela principal da contratação ou das parcelas de maior relevância técnica. Igualmente, é proibida a subcontratação de ME/EPP que esteja participando da licitação ou que possua um ou mais sócios em comum com a empresa contratada.

A Justificativa da subcontratação encontra-se devidamente fundamentada no ETP e Termo de Referência.

9.13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES.

9.13.1. A licitante vencedora deverá apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, a documentação de qualificação técnica abaixo especificada.

9.13.2. A documentação das empresas subcontratadas, inclusive quanto à qualificação técnica, deverá ser apresentada previamente à assinatura do contrato, mediante solicitação do servidor responsável, desde que o referido item esteja expressamente indicado na proposta reajustada como objeto de subcontratação.

9.14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA A EXECUÇÃO DO EVENTO:

9.14.1. Apresentação de no mínimo 1 (um) atestado de capacidade técnica, o atestado deverá ser apresentado em papel timbrado, ou conter carimbo e CNPJ da empresa que atesta a capacidade técnica em nome da empresa proponente, emitido(s) por entidade pública ou empresa privada, que comprovem o fornecimento de produtos similares ao objeto da licitação.



9.14.2. Declaração de Visita Técnica ou Declaração de Dispensa de Visita Técnica (Anexo X).

9.15. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA SEGURANÇAS: Deverá a licitante apresentar, a seguinte documentação destinada à comprovação de sua qualificação técnica:

9.15.1. Apresentar no mínimo 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido para a Razão Social e número de CNPJ da licitante, por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação do emitente e cargo que ocupa, que comprovem o fornecimento de estruturas, serviços ou produtos similares ao objeto da licitação. Informações mínimas do atestado: Nome da pessoa jurídica que forneceu o atestado com o número do CNPJ, com identificação da pessoa/cargo que assinou o documento, identificação do serviço e do evento, duração do serviço/evento, quantitativo de visitantes, local e data do serviço, devidamente datado e assinado por pessoa responsável, em papel timbrado e/ou carimbado;

9.15.2. Apresentar comprovação de regularidade perante a Polícia Federal, mediante a apresentação de publicação de Autorização de Funcionamento VÁLIDA no Diário Oficial da União;

9.15.3. Declaração de que os profissionais que prestarão o serviço não utilizarão armas de fogo e trabalharão devidamente uniformizados;

9.15.4. Declaração que possui pessoal qualificado e devidamente habilitado para a prestação dos serviços de segurança desarmada, com a apresentação de todos os nomes dos profissionais com registro e curso de capacitação e treinamento (apresentar os certificados para comprovação anexos à declaração).

9.16. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA BRIGADISTAS: Deverá a licitante apresentar, a seguinte documentação destinada à comprovação de sua qualificação técnica:

9.16.1. Credenciamento da empresa no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC, como prestadora de serviços de brigada.

9.16.2. Apresentar relação dos brigadistas que irão atuar no evento, acompanhado do certificado de conclusão de curso de brigadista com qualificação de nível avançado em observância à Instrução Normativa (IN 028/DAT/CBMSC).

9.17. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.18. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.19. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.20. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.21. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.22. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.23. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.24. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.



9.25. OUTROS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

9.25.1 - Declarações Obrigatórias:

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO;
ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;
ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;
ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA;
ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;
ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;
ANEXO X – TERMO DE VISTORIA OU TERMO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA;
ANEXO XI - TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DA SUBCONTRATADA.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (DUAS) HORAS** a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.1.3. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.1.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.2. Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.2.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.3. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.4. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.5. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS.

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

11.2. O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.1.3. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.1.4. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.1.5. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

13.1. Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará e homologará a licitação.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE.

15.1. Antes da assinatura do contrato, será solicitada ao licitante vencedor a apresentação dos documentos de habilitação e de qualificação técnica das empresas indicadas como subcontratadas em sua proposta ajustada.

15.1.1. O prazo para apresentação da documentação das empresas subcontratadas será de 2 (dois) dias úteis, contados da solicitação realizada pelo servidor responsável, podendo ser prorrogado uma única vez, mediante justificativa formal apresentada pela licitante e aceita pela Administração.

15.1.2. É permitida a substituição da empresa subcontratada antes da assinatura do contrato, desde que devidamente justificada.

15.2. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.3. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.3.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.3.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.4.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;



15.4.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.4.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

15.6. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 03/2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16. DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.

16.1. Poderá ser concedido o reajuste e o reequilíbrio econômico-financeiro se ocorrerem fatos imprevisíveis ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, que alterem as condições do contrato de forma significativa, desde que esteja em conformidade com as disposições do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

17.1. As especificações para a execução do objeto constam no termo de referência e no anexo IX (Minuta do contrato) anexo a este edital.

17.2. A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais/serviços, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

17.3. Os serviços/materiais que forem recusados deverão ser substituídos ou corrigidos no prazo máximo de 01 (um) dia útil, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

17.4. O objeto do contrato será recebido:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

17.5. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

17.6. O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

17.7. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

17.8. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei nº 14.133/2021.

17.9. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



17.10. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

17.11. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de Pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 - Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara).

17.12. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 - Plenário).

17.13. A fiscalização será exercida pelo servidor Maico Meneghelli como titular e pelo servidor Alamir Bazzani como auxiliar, conforme portaria xx/2026, podendo haver alterações.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência e Minuta do Contrato anexa a este Edital.

19. DO PAGAMENTO.

19.1. O pagamento será efetuado em até 30 dias, subsequente ao serviço prestado, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao setor de contabilidade para que este proceda à realização do registro da liquidação da despesa no respectivo sistema orçamentário, financeiro e contábil.

19.1.1. Todos os pagamentos serão efetuados pelo **MUNICÍPIO**, após serem as notas fiscais conferidas e atestadas pela fiscalização e a **CONTRATADA**, sendo permitida a retenção de tributos municipais, **conforme legislação vigente e suas alterações**.

19.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 Lei nº 14.133/2021.

19.3. Já estão incluídos nos preços todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento, inclusive as despesas com fretes, seguros em geral, encargos da legislação social, trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário, bem como lucro, sem que caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação à Contratante.

19.4. Deverá ser emitida Nota Fiscal para o CNPJ nº 79.373.767/0001-16 – MUNICÍPIO DE APIÚNA.

19.4.1. A empresa deverá apresentar Nota Fiscal com CNPJ idêntico ao apresentado na proposta e conseqüentemente lançado na Nota de Empenho, devendo constar também o número do processo licitatório e a modalidade, e da Ordem de Compra a fim de acelerar o trâmite de recebimento do produto(s)/serviço(s) e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

19.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

19.6. Antes de cada pagamento à contratada, a CONTRATANTE poderá realizar de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

19.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

19.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.



19.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

19.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

19.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19.12. O pagamento será creditado em nome da Contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada uma vez satisfeitas às condições estabelecidas no Edital.

19.13. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1. As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

20.2. Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:

20.2.1. Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

20.2.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

20.2.2.1. No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;

20.2.2.2. No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;

20.2.2.3. No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

20.2.2.4. No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;

20.2.2.5. No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;

20.2.2.6. No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior competente na entrega da mercadoria / prestação do serviço.

20.2.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Apiúna, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos itens 20.2.2.2 à 20.2.2.5 e 20.2.4.1 à 20.2.4.2.

20.2.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

20.2.4.1. Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em contrato;

20.2.4.2. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.2.4.3. Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;



20.2.4.4. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.2.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.3. Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

20.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.5. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município de Apiúna poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da conduta do infrator, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.9. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no Diário Oficial dos Municípios.

20.10. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

20.10.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) PRÁTICA FRAUDULENTA: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c) PRÁTICA CONCERTADA: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

21.2. A IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA através dos e-mails: licita@apiuna.sc.gov.br e licitacao@apiuna.sc.gov.br.



21.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal ComprasBr e sítio oficial do município no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

21.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.comprasbr.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

21.7. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



22.12. O Município de Apiúna poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

22.12.1. A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

22.12.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

22.13. É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

22.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos: www.comprasbr.com.br/www.apiuna.sc.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Quintino Bocaiúva, 204, Apiúna/SC – Cep: 89.135-000, nos dias úteis, no horário das 07 às 17 horas, no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados.

22.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO;

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA;

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

ANEXO IX – MINUTA DO CONTRATO;

ANEXO X – TERMO DE VISTORIA OU TERMO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA;

ANEXO XI - TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DA SUBCONTRATADA.

23. DA LEGISLAÇÃO APLICADA.

23.1. Aplica-se ao presente edital, nas partes omissas e aplicáveis de direito, a seguinte legislação:

a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

b) Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;

c) Lei Orgânica do Município de Apiúna;

d) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal;

e) Lei Complementar Federal nº 123/2006. Estatuto de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;

f) Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção;

g) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;

i) Lei Federal nº 14.133/21. Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

j) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;

k) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;

l) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da Administração Pública;

m) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;

j) Decreto nº 4764/2024 – Município de Apiúna.

Apiúna, 09 de junho de 2026.

MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL DE APIÚNA



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE APIÚNA

RUA QUINTINO BOCAIÚVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br

Folha nº

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 48/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 48/2026

(O Termo de Referência encontra-se em arquivo anexo).



ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 48/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 48/2026

SESSÃO PÚBLICA: 25/06/2026 - 09:00:00
LOCAL: www.comprasbr.com.br

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Cidade/UF:

CEP:

E-mail:


Fone:

Item	Quant.	Unidade	Produto(s)/Serviço(s)	Marca/Modelo	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	1	UNIDADE	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO E GESTÃO DA FESTA DO AGRICULTOR A SE REALIZAR NOS DIAS 01 E 02 DE AGOSTO DE 2026 COM FORNECIMENTO DAS ESTRUTURAS, SONORIZAÇÃO, DIVULGAÇÃO, SEGURANÇA, LIMPEZA, TARDE DANÇANTE, PARQUE INFANTIL, BEBIDA, ALIMENTAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS.		R\$ 95.803,10	R\$ 95.803,10

Planilha de composição de custos

Item	Unid.	Descrição	Quant	Valor Unit.	Valor Total
01	Unidade	Montagem e Desmontagem de Tenda Modelo Pirâmide ou Chapéu de Bruxa, medindo 10 x 10, totalizando 100mts ² de área coberta, estrutura de tubo galvanizado à fogo ou em alumínio treliçado, lona com cobertura de alta resistência, com B.O. (Blackout), com proteção Anti-UVe Anti Mofo, estrutura adequada para instalação de churrasqueira sob a cobertura.	01	R\$ 1.600,00	R\$ 1.600,00
02	Unidade	Montagem e Desmontagem de Tenda Modelo Pirâmide ou Chapéu de Bruxa, medindo 10 x 10, totalizando 100mts ² de área coberta, estrutura de tubo galvanizado à fogo ou em alumínio treliçado, lona com cobertura de alta resistência, com B.O. (Blackout), com proteção Anti-UVe Anti Mofo.	04	R\$ 1.500,00	R\$ 6.000,00
03	Unidade	Montagem e Desmontagem de Tenda Modelo Pirâmide ou Chapéu de Bruxa, medindo 5 x 5, totalizando 25mts ² de área coberta, estrutura de tubo galvanizado à fogo ou em alumínio treliçado, lona com cobertura de alta resistência, com B.O. (Blackout), com proteção Anti-UVe Anti Mofo.	03	R\$ 650,00	R\$ 1.950,00



04	Unidade	<p>Montagem, Desmontagem e Encoramento de um portal em treliça Q20 em ferro galvanizado a fogo ou alumínio treliçado, no tamanho de 10,50mts por 4mts + lona com impressão colorida, com bainha e ilhós.</p> <p>1 Lona de 1,00 x 10,40m (10,4m²) 3 Lonas de 1,00 x 2,37m (7,11m²)</p>  <p>Imagem do portal solicitado</p>	01	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
05	Unidade	Palco de Médio Porte, medindo 4 x 6 (largura x comprimento) e altura de 0,80cm a 1,00mts, medindo-se do chão até o teto, com escada de acesso, estrutura em ferro galvanizado a fogo e assoalho em madeira.	01	R\$ 2.800,00	R\$ 2.800,00
06	Unidade	Grades de Isolamento de Público, sendo peça modular medindo 1,20x2,00mts (altura x largura), com travas de encaixe, pés de sustentação em aço e fechamento em telas de aço, todas da mesma cor, isentas de ferrugem, de acordo com as normas do corpo de bombeiros.	25	R\$ 31,50	R\$ 787,50
07	Unidade	Gerador de Energia Elétrica, com 01 (um) gerador de no mínimo 260 kva, container tratado acusticamente, com reguladores automáticos de tensão e frequência, painel elétrico completo, com partida elétrica, disjuntor geral nas tensões 380/220 - 220/127 volts, caixa de passagem, com óleo diesel e cabeamento.	01	R\$ 2.750,00	R\$ 2.750,00
08	Jogos	Jogos de Mesas e Cadeiras Plásticas resistentes de fabricação em polipropileno injetado e que atenda a portaria do inmetro. 250 Mesas e 1.000 Cadeiras	250	R\$ 30,00	R\$ 7.500,00
09	Inserções	Divulgação em Radio com spot (anúncio) de no mínimo 30 segundos, com abrangência regional (Alto Vale, Médio Vale, Vale do Itajai), nos horários de maior audiência.	100	R\$ 40,00	R\$ 4.000,00



10	Unidade	Divulgação e publicação em jornal impresso, local / regional no tamanho de 210cm de coluna (26 largura x 35 altura) de pagina colorida	01	R\$ 2.550,00	R\$ 2.550,00
11	Conjunto	Serviço de Imagens e Vídeos. Com cobertura fotográfica e vídeos nos dois dias de evento (4k em 60fps), com registro de todas as atrações, captação de vídeo e captação de imagens, vídeos aéreos para produção de aftermovie, para futuras divulgações e registro da festa	01	R\$ 2.800,00	R\$ 2.800,00
12	Conjunto	Brinquedos (espaço kids) contendo com no mínimo 5 brinquedos e com 3 monitores, dia 02/08/2026 (Domingo), é de responsabilidade da empresa fornece, transporte, alimentação, hospedagem se houver necessidade, bem como todo o equipamento de proteção individual para os funcionários envolvidos 10:00hrs até as 18:00hrs Sugestão: tobogã inflável grande, camas elásticas, tênis de mesa entre outros	01	R\$ 3.700,00	R\$ 3.700,00
13	Jogos	Jogos Talhares para Churrasco, em Aço Inox, Liso, Polido. (1 Garfo e 1 Faca)	1.300	R\$ 2,50	R\$ 3.250,00
14	Unidade	Apresentação Artística de Renome Regional ou Nacional, a se apresentar no Domingo dia 02 de Agosto de 2026, com duração de no mínimo 04 horas com repertorio variados e toda estrutura de palco (Som e Iluminação e Telão em Led). Carta de Reserva de Data "Banda Silver Som"	01	R\$ 12.500,00	R\$ 12.500,00
15	Unidade	Apresentação Artística (dupla ou trio ou grupo), a se apresentar no Domingo dia 02 de Agosto de 2026 durante o almoço com duração de 2 horas com repertório variado Carta de Reserva de Data "Os Três Guris"	01	R\$ 950,00	R\$ 950,00
16	Unidade	Apresentação Artística (dupla ou trio ou grupo), a se apresentar no Sábado dia 01 de Agosto de 2026 durante o almoço com duração de 2 horas com repertório variado. Carta de Reserva de Data "Claudemir e Mateus"	01	R\$ 750,00	R\$ 750,00
17	Unidade	Apresentação Artística de Renome Regional, a se apresentar no Sábado, na Tarde da Melhor Idade, dia 01 de Agosto de 2026 com duração de no mínimo 04 horas com repertorio variados e toda estrutura (Som e Iluminação). Carta de Reserva de Data "Musical Andrade"	01	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00



18	Conjunto	Sonorização "Palco Externo" Sábado (06h00 até 18h00) Domingo (07h00 até 18h00) <ul style="list-style-type: none">• 04 Microfones sem Fio (bastão)• 04 Pedestais• 01 Notebook (Som)• 01 Mesa de Som (mínimo 16 canais)• 02 Retornos de Palco• 06 Caixas Médio Agudo – Line Array• 02 Pedestais Caixa de Som• 04 Caixas Graves• 01 Periférico Completo Processador e Amplificador	01	R\$ 5.800,00	R\$ 5.800,00
19	Unidade	Saco de Ração para Equino, Melaço com no mínimo 25kg cada Saco.	35	R\$ 75,00	R\$ 2.625,00
20	Unidade	Produção, Organização e Gestão Completa de um Café da Manhã, para servir "aproximadamente" 100 pessoas (sábado dia 01 de Agosto), composto com Cucas (variadas), Bolachas Doces e Salgadas, Bolos (secos, cenouras e nega maluca entre outras), sanduiches (pão francês ou caseiro com queijo, presunto e manteiga), dois tipos de patê, frutas da época, mini salgados fritos, água mineral, suco natural no mínimo dois sabores, café e leite. O Serviço deverá contemplar toda estrutura necessária para a execução do item	100	R\$ 31,50	R\$ 3.150,00
21	Unidade	Produção, Organização e Gestão completa para o preparo de almoço (sábado dia 01 de agosto) à base de Arroz Carreteiro acompanhado de Salada. O Serviço deverá contemplar toda estrutura necessária para a execução do item incluindo. <ul style="list-style-type: none">a) Equipamentos, utensílios e estrutura adequada para o preparo no localb) A equipe deverá ser formada por um cozinheiro responsável mais dois ajudantesc) Mão de Obra completa para o preparo, organização, limpeza e distribuição do almoçod) Comprimento das normas básicas de higiene e manipulação de Alimentos	01	R\$ 1.550,00	R\$ 1.550,00
22	Unidade	Produção, Organização e a Gestão Completa para a Cavalgada Festa do Agricultor (Sábado 01 de Agosto de 2026), o serviço deverá contemplar toda estrutura necessária para a execução do evento incluindo: <ul style="list-style-type: none">a) Planejamento, Coordenação, da Cavalgadab) Organização e Alinhamento dos Participantes	01	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00



		<p>c) Apoio Operacional durante o Percurso d) Controle e orientação no trânsito, em conjunto com os órgãos competentes e) Supervisão geral do evento antes, durante e após sua realização</p> <p>A organização deverá ofertar aos participantes um almoço (arroz carreteiro + 3 cervejas ou refrigerante ou água) no valor estabelecido no edital.</p>			
23	Unidade	<p>Produção, Organização e a Gestão Completa do desfile com Tratores e Tobatas (Domingo 02 de Agosto de 2026) pelas Ruas da Cidade, em comemoração à Festa do Agricultor, o serviço deverá contemplar toda estrutura necessária para a execução do evento incluindo:</p> <p>a) Planejamento e Coordenação do Desfile b) Organização e Alinhamento dos Participantes c) Apoio Operacional durante o Percurso d) Controle e Orientação no Trânsito, em conjunto com os órgãos competentes e) Supervisão Geral do Evento Antes, Durante e Após sua Realização</p> <p>A organização deverá ofertar como subsidio aos participantes 1 churrasco gratuitamente mediante a participação no desfile, conforme estabelecido no edital.</p>	01	R\$ 3.750,00	R\$ 3.750,00
24	Unidade	<p>Sanitários portáteis de polietileno de, no mínimo, 227 litros, cabine medindo, no mínimo, 1,10 largura x 1,20 comprimento x 2,30 de altura interna, contendo caixa de dejetos, acento, mictório, suporte para papel higiênico e painel de identificação (feminino e masculino), Reposição de papel higiênico durante todo o período do evento. Frete de remessa e retorno, sucção (se houver necessidade), transporte, tratamento de despejo dos dejetos em local, devidamente autorizados pelos órgãos ambientais.</p> <p>4 banheiros femininos 4 banheiros masculinos</p>	08	R\$ 350,00	R\$ 2.800,00
25	Horas	<p>Serviço de Brigadista que atendam às exigências contidas do CBMSC e credenciamento junto aos bombeiros ativo no período sendo brigadistas devidamente uniformizados, é de responsabilidade da empresa fornece, transporte, alimentação, hospedagem, bem como todo o equipamento de proteção individual para os funcionários envolvidos.</p>	19	R\$ 61,10	R\$ 1.160,90



		1 Profissional Brigadistas das 13h00 até as 18h00 no dia 01 de Agosto de 2026 (Sábado) 2 Profissionais Brigadistas das 11h00 até as 18h00 no dia 02 de Agosto de 2026 (Domingo)			
26	Horas	Serviço de limpeza com de mão de obra, equipamentos necessários para execução do serviço, é de responsabilidade da empresa fornece, transporte, alimentação, hospedagem, bem como todo o equipamento de proteção individual para os funcionários envolvidos, além de reposição de papel higiênico e papel toalha de boa qualidade em todos os banheiros convencionais e químicos, desinfetantes e limpadores de uso geral, vassouras, panos, esponjas, escova de limpeza de vaso sanitário, desentupidores, baldes, sacos de lixo e sabonete líquido, a fim de manter a limpeza e conservação de toda a área da festa e de todos os banheiros convencionais e químicos. 2 profissionais de limpeza das 10h00 até as 18h00 no dia 01 de Agosto de 2026 (Sábado) 7 profissionais de Limpeza das 10h00 até as 19h00 no dia 02 de Agosto de 2026 (Domingo)	79	R\$ 47,80	R\$ 3.776,20
27	Horas	Serviço de segurança desarmada de apoio e suporte ao evento com homens, devidamente uniformizados, é de responsabilidade da empresa fornecer, transporte, alimentação, hospedagem, bem como todo o equipamento de proteção individual para os funcionários envolvidos 1 segurança das 22h00 do dia 31/07/2026 até as 07h00 do dia 01/08/2026 1 segurança das 22h00 do dia 01/08/2026 até as 07h00 do dia 02/08/2026 8 seguranças das 12h:00 até as 20h:00 no dia 02/08/2026 1 segurança das 20h00 do dia 02/08/2026 até as 07h:00 do dia 03/08/2026	93	R\$ 49,50	R\$ 4.603,50
28	Unidade	Contratação de Médico Veterinário, Como Responsável Técnico para eventos com Equinos e com Habilitação para Mormo, com seu CRMV ativo e com suas devidas taxas de obrigatoriedade quitadas para o Evento junto a CIDASC e CRMV (Sábado dia 01/08/2026)	1	R\$ 2.700,00	R\$ 2.700,00



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE APIÚNA

RUA QUINTINO BOCAIÚVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br

Folha nº

TOTAL R\$ 95.803.10

A EMPRESA: DECLARA QUE:

1 - ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.

2 - VALIDADE DA PROPOSTA: 90 (NOVENTA) DIAS.

3 - PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.

4 - QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.

5 - QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, NO ENDEREÇO INDICADO NESTE EDITAL, TODOS OS BENS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE APIÚNA

RUA QUINTINO BOCAIÚVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br

Folha nº

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2026

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA.
AO Pregoeiro E EQUIPE DE APOIO.

_____, PORTADOR DO RG _____, ABAIXO ASSINADO, NA QUALIDADE DE RESPONSÁVEL LEGAL DA PROPONENTE, _____, CNPJ _____, DECLARA EXPRESSAMENTE QUE SE SUJEITA ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL ACIMA CITADO E QUE ACATARÁ INTEGRALMENTE QUALQUER DECISÃO QUE VENHA A SER TOMADA PELO ÓRGÃO LICITANTE QUANTO À QUALIFICAÇÃO APENAS DAS PROPONENTES QUE TENHAM ATENDIDO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E QUE DEMONSTREM INTEGRAL CAPACIDADE DE EXECUTAR O FORNECIMENTO DO BEM PREVISTO.

DECLARA, AINDA, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, A INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO OU QUE COMPROMETA A IDONEIDADE DA PROPONENTE.

_____ EM, ____ DE _____ DE 2026.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE APIÚNA

RUA QUINTINO BOCAIÚVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br

Folha nº

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2026

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

....., INSCRITO NO CNPJ Nº, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O(A) SR(A), PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº E CPF Nº....., DECLARA, PARA FINS DO DISPOSTO NO INC. VI DO ART. Nº 68 DA LEI Nº 14.133/2021, QUE NÃO EMPREGA MENOR DE DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE DEZESSEIS ANOS.

RESSALVA: EMPREGA MENOR, A PARTIR DE QUATORZE ANOS, NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ ().

.....
(DATA)

.....
(REPRESENTANTE LEGAL



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE APIÚNA

RUA QUINTINO BOCAIÚVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br

Folha nº

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA. (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2026

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE), COMO REPRESENTANTE DEVIDAMENTE CONSTITUÍDO DE (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE), PARA FINS DO DISPOSTO NO EDITAL DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026 DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI, EM ESPECIAL O ART. 299 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, QUE:

A) A PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026, FOI ELABORADA DE MANEIRA INDEPENDENTE (PELO LICITANTE), E O CONTEÚDO DA PROPOSTA NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;

B) A INTENÇÃO DE APRESENTAR A PROPOSTA ELABORADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026 NÃO FOI INFORMADA, DISCUTIDA OU RECEBIDA DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;

C) QUE NÃO TENTOU, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA, INFLUIR NA DECISÃO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026 QUANTO A PARTICIPAR OU NÃO DA REFERIDA LICITAÇÃO;

D) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026 NÃO SERÁ, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, COMUNICADO OU DISCUTIDO COM QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026 ANTES DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO DA REFERIDA LICITAÇÃO;

E) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026 NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER INTEGRANTE DO MUNICÍPIO DE APIÚNA, ANTES DA ABERTURA OFICIAL DAS PROPOSTAS; E

F) QUE ESTÁ PLENAMENTE CIENTE DO TEOR E DA EXTENSÃO DESTA DECLARAÇÃO E QUE DETÉM PLENOS PODERES E INFORMAÇÕES PARA FIRMÁ-LA.

....., DE DE 2026.

REPRESENTANTE LEGAL



ANEXO VI – DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2026

[NOME DA EMPRESA], [QUALIFICAÇÃO: TIPO DE SOCIEDADE (LTDA, S.A, ETC.), ENDEREÇO COMPLETO, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº [XXXX], NESTE ATO REPRESENTADA PELO [CARGO] [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº [XXXX], INSCRITO NO CPF SOB O Nº [XXXX], **DECLARA**, SOB AS PENALIDADES DA LEI, QUE SE ENQUADRA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 E PELO ARTIGO 4º DA LEI Nº 14.133/2021.

DECLARO, PARA FINS DA LC 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, SOB AS PENALIDADES DESTA, SER:

MICROEMPRESA – RECEITA BRUTA ANUAL IGUAL OU INFERIOR A 360.000,00 E ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

EMPRESA DE PEQUENO PORTE – RECEITA BRUTA ANUAL SUPERIOR A 360.000,00 E IGUAL OU INFERIOR A 4.800.000,00 VALORES , ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

OBSERVAÇÕES:

- ESTA DECLARAÇÃO PODERÁ SER PREENCHIDA SOMENTE PELA LICITANTE ENQUADRADA COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006;
- A NÃO APRESENTAÇÃO DESTA DECLARAÇÃO SERÁ INTERPRETADA COMO NÃO ENQUADRAMENTO DA LICITANTE COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006, OU A OPÇÃO PELA NÃO UTILIZAÇÃO DO DIREITO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME E ASSINATURA DO CONTADOR

(NO CASO DE ME E EPP)

CPF: XXX.XXX.XXX-XX

CRC: _____



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE APIÚNA

RUA QUINTINO BOCAIÚVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br

Folha nº

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O PROPONENTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PROPONENTE.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2026

À

PREFEITURA DE APIÚNA

AO Pregoeiro / EQUIPE DE APOIO

A EMPRESA, INSCRITA NO CNPJ Nº, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O SR....., PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº..... E DO CPF Nº, DECLARA NÃO TER RECEBIDO DO MUNICÍPIO DE _____/UF OU DE QUALQUER OUTRA ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA, EM ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E OU IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, ASSIM COMO NÃO TER RECEBIDO DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

_____ EM, ____ DE _____ DE 2026.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE APIÚNA

RUA QUINTINO BOCAIÚVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br

Folha nº

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO. (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2026

A(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ Nº....., LOCALIZADA À,
Informações Bancárias: CONTA CORRENTE: _____, AGÊNCIA: _____, BANCO_____DECLARA, EM
CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.133/2021, QUE CUMPRE TODOS OS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO PARA ESTE CERTAME LICITATÓRIO
NO MUNICÍPIO DE APIÚNA – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026.

....., DE DE 2026.

REPRESENTANTE LEGAL

**ANEXO IX – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ___/20__****PREGÃO PELETRÔNICO Nº 48/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2026**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE APIÚNA/SC E A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO:

O MUNICÍPIO DE APIÚNA, inscrito no CNPJ sob o nº 79.737.767/0001-16, com sede na Rua Quintino Bocaiúva, 204, Bairro Centro, Apiúna, Estado de Santa Catarina, CEP: 89135-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Senhor MARCELO DOUTEL DA SILVA, denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, _____, Bairro _____, _____, Estado de _____, neste ato representada por _____, aqui denominada simplesmente de CONTRATADA, com base no Edital de Pregão Eletrônico nº 48/2026, e disposições da Lei Federal nº 14.133/2023 e alterações e Decreto 4764/2024, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. O objeto do presente Contrato e a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO E GESTÃO DA FESTA DO AGRICULTOR A SE REALIZAR NOS DIAS 01 E 02 DE AGOSTO DE 2026 COM FORNECIMENTO DAS ESTRUTURAS, SONORIZAÇÃO, DIVULGAÇÃO, SEGURANÇA, LIMPEZA, TARDE DANÇANTE, PARQUE INFANTIL, BEBIDA, ALIMENTAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

Item	Quant.	Unidade	Produto(s)/Serviço(s)	Marca/Modelo	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

2.1. O contrato vigorará por 120 (cento e vinte) dias a contar de sua assinatura, mantida a possibilidade de prorrogação no caso de interesse da administração e de acordo com a Lei 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.1. O valor do presente Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. Os recursos necessários à presente contratação, acham-se classificados na dotação orçamentária que se segue, podendo ser acrescentadas novas dotações conforme a necessidade:

Dotações Orçamentárias
151 - 07.001.2070.3339039230000000000.150070000000 - Festividades e homenagens

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.



5.1. O pagamento será efetuado em até 30 dias, subsequente ao serviço prestado, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao setor de contabilidade para que este proceda à realização do registro da liquidação da despesa no respectivo sistema orçamentário, financeiro e contábil.

5.1.1. Todos os pagamentos serão efetuados pelo **MUNICÍPIO**, após serem as notas fiscais conferidas e atestadas pela fiscalização e a **CONTRATADA**, sendo permitida a retenção de tributos municipais, **conforme legislação vigente e suas alterações**.

5.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 Lei nº 14.133/2021.

5.3. Já estão incluídos nos preços todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento, inclusive as despesas com fretes, seguros em geral, encargos da legislação social, trabalhista e previdenciária, da infortunística do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário, bem como lucro, sem que caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação à Contratante.

5.4. Deverá ser emitida Nota Fiscal para o CNPJ nº 79.373.767/0001-16 – MUNICÍPIO DE APIÚNA.

5.4.1. A empresa deverá apresentar Nota Fiscal com CNPJ idêntico ao apresentado na proposta e conseqüentemente lançado na Nota de Empenho, devendo constar também o número do processo licitatório e a modalidade, e da Ordem de Compra a fim de acelerar o trâmite de recebimento do produto(s)/serviço(s) e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

5.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.6. Antes de cada pagamento à contratada, a CONTRATANTE poderá realizar de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

5.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.12. O pagamento será creditado em nome da Contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada uma vez satisfeitas às condições estabelecidas no Edital.



5.13. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.

6.1. Poderá ser concedido o reajuste e o reequilíbrio econômico-financeiro se ocorrerem fatos imprevisíveis ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, que alterem as condições do contrato de forma significativa, desde que esteja em conformidade com as disposições do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

8.1. O evento ocorrerá nos dias 01 e 02 de agosto de 2026, nos horários estabelecidos pela Administração e previstos no Termo de Referência e neste Contrato, no Centro de Eventos de Apiúna, localizado na Rua São Paulo, nº 144, Bairro Centro, Apiúna/SC, observadas as condições e especificações estipuladas nos referidos instrumentos.

8.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar toda a estrutura necessária, na data, local e horários definidos neste instrumento, observando os prazos de antecedência estabelecidos, bem como atender integralmente às especificações e exigências constantes no descritivo dos itens, responsabilizando-se pela qualidade, eficiência, regularidade da execução e quantitativos previstos neste contrato.

8.3. A empresa contratada para a prestação dos serviços deverá apresentar-se no local supracitado no dia previsto, respeitando-se os prazos de antecedência.

8.4. Os itens relacionados para cada evento deverão estar totalmente montados, instalados e prontos para o uso nos prazos previstos no Termo de Referência e no presente contrato.

8.5. A Contratada deverá ser responsável pela operação total dos equipamentos e zelar pela qualidade que estes proporcionarão ao evento.

8.6. O mau funcionamento dos equipamentos que venham a comprometer a qualidade da apresentação dos grupos será passível de aplicação das sanções previstas no contrato.

8.7. O evento não tem previsão de término, podendo se estender devido a fatos não previstos pela contratante e devidamente justificados. Caso tal situação venha a ocorrer, não será passível de custos extras à Contratante.

8.8. A CONTRATADA deverá oferecer estrutura “mínima” para 1.500 pessoas sentadas com suas respectivas mesas para o tradicional almoço no dia 02 de Agosto 2025 (Domingo) e toda a estrutura para a realização.

8.9. A CONTRATADA deverá disponibilizar, conforme a necessidade da Administração, tendas adicionais modelo “chapéu de bruxa” ou piramidal, nos tamanhos 5x5 m ou 10x10 m, além das estruturas previamente definidas neste Termo de Referência, sem qualquer ônus adicional para a Municipalidade.

8.10. A CONTRATADA, caso haja necessidade de utilização de gerador de energia durante a execução do evento, especialmente para assegurar sua continuidade e regularidade, prevenindo interrupções que possam comprometer seu adequado andamento, deverá providenciá-lo. Nessa hipótese, a CONTRATADA arcará integralmente com todos os custos inerentes à operação do equipamento, incluindo, mas não se limitando, ao fornecimento de combustível (óleo diesel), à disponibilização de operador qualificado e aos demais encargos decorrentes das horas efetivamente trabalhadas. A presente disposição visa resguardar o interesse público, garantindo a plena execução do evento sem ônus adicionais à Administração e evitando prejuízos à sua realização.

8.11. DATAS E HORÁRIOS:

- 01 de Agosto de 2026 das 06h00 até as 18h00
- 02 de Agosto de 2026 das 06h00 até as 18h00

Local: Centro de Eventos de Apiúna, Rua São Paulo, 144, Centro Apiúna/SC.

**8.12. DA PROGRAMAÇÃO:****8.12.1. 01 de agosto de 2026 - Sábado:**

- 06h30 – Concentração da Cavalgada com Café da Manhã Gratuito.
- 08h30 – 2º Cavalgada Festa do Agricultor.
- 11h30 – Música ao Vivo.
- 11h30 até as 13h30 - Claudemir e Matheus.
- 11h45 – Almoço Festivo da Cavalgada (arroz carreteiro + salada ou churrasco).
- 13h30 – Tarde Dançante da Melhor Idade (entrada gratuita).
- 18h00 – Encerramento.

8.12.2. 02 de Agosto de 2026 – Domingo:

- 06h00 – Concentração para Desfile de Trator (Centro de Eventos de Apiúna).
- 08h30 – Santa Missa de Ação de Graças (igreja matriz paróquia Sant’Ana).
- 09h30 – A Bênção dos Tratores (em frente à igreja matriz paróquia Sant’Ana).
- 09h45 – Recepção dos Agricultores no Centro de Eventos de Apiuna.
- 10h15 – Tradicional Competição de Lenhadores.
- 10h30 – Música ao Vivo.
- 10h30 até 14h00 – Os Três Guris (pausa para o sorteio de brindes).
- 11h00 - Sorteio dos Brindes.
- 11h45 - Almoço Festivo Festa do Agricultor “Tradicional Churrasco”.
- 14h00 – Tarde Dançante (entrada gratuita).
- 14h00 até 18h00 – Banda Silver Som.
- 18h00 – Encerramento.

8.12.3. A programação pode sofrer alterações sem aviso prévio.

8.12.4. Apresentações artísticas conforme Cartas de Reserva.

8.13. As estruturas deverão estar integralmente montadas até 1 (um) dia antes da realização do evento, devendo sua desmontagem e retirada ocorrer em até 2 (dois) dias após o encerramento do evento.

8.14. DO FORNECIMENTO E VALORES DA BEBIDAS E ALIMENTAÇÃO (CHURRASCO, PASTEL E ARROZ CARRETEIRO):

a) Fornecimento do Churrasco (almoço de sábado e domingo): tendo como prato principal, Carne de Gado no Corte Filé Duplo que tenha entre 0,550gr a 0,650gr, ressalta-se que o preparo e o fornecimento de alimentos temperados devem atender rigorosamente às normas sanitárias vigentes, em especial às diretrizes estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, incluindo boas práticas de manipulação, armazenamento, conservação e transporte de alimentos, conforme a RDC nº 216/2004. O Almoço (churrasco) deve ser servido assado em prato de papelão plastificado, com jogos de talheres em inox (garfo e faca), guardanapo, pãozinho e salada, toda mão de obra necessária para o atendimento adequado e de qualidade deste evento. É de responsabilidade da empresa, fornecer todos os itens necessários para a execução deste fornecimento (grelha, churrasqueira com no mínimo 10mts de comprimento, carvão entre outros), bem como transporte, alimentação, todo o equipamento de proteção individual para os funcionários envolvido nesta prestação de serviço.

b) Valor Máximo de Venda Antecipado: R\$ 40,00 (até sexta feira meio dia).

c) Valor Máximo de Venda no Dia do Evento: R\$ 60,00.

8.14.1. FORNECIMENTO DE BEBIDA ALCOÓLICA:

a) Cerveja, tipo pilsen ou puro malte, lata com no mínimo 350ml, toda mão de obra necessária para o atendimento adequado e de qualidade deste evento. É de responsabilidade da empresa, fornecer todos os itens necessários para a execução deste fornecimento (gelo, caixas térmicas ou freezer, copos plásticos, entre outros), bem como transporte, alimentação, todo o equipamento de proteção individual para os funcionários envolvido nesta prestação de serviço.

b) Valor Máximo de Venda no Evento: R\$ 6,00.



- c) Chopp, tipo pilsen, servido em copo plástico com no mínimo 400ml, toda mão de obra necessária para o atendimento adequado e de qualidade deste evento. É de responsabilidade da empresa, fornecer todos os itens necessários para a execução deste fornecimento (chopeiras elétricas ou a gelo, copos plásticos, entre outros), bem como transporte, alimentação, todo o equipamento de proteção individual para os funcionários envolvido nesta prestação de serviço.
- d) **Valor Máximo de Venda no Evento:** R\$ 12,00.

8.14.2. FORNECIMENTO DE BEBIDA NÃO ALCOÓLICA:

- a) Refrigerante lata com no mínimo 350ml, mínimo de dois sabores e toda mão de obra necessária para o atendimento adequado e de qualidade deste evento. É de responsabilidade da empresa, fornecer todos os itens necessários para a execução deste fornecimento (gelo, caixa térmica ou freezer, copos plásticos, entre outros), bem como transporte, alimentação, todo o equipamento de proteção individual para os funcionários envolvido nesta prestação de serviço.
- b) **Valor Máximo de Venda no Evento:** R\$ 6,00.
- c) Água garrafa frasco pet com no mínimo 500ml e toda mão de obra necessária para o atendimento adequado e de qualidade deste evento. É de responsabilidade da empresa, fornecer todos os itens necessários para a execução deste fornecimento (gelo, caixa térmica ou freezer, copos plásticos, entre outros), bem como transporte, alimentação, todo o equipamento de proteção individual para os funcionários envolvido nesta prestação de serviço.
- d) **Valor Máximo de Venda no Evento:** R\$ 4,00.

8.14.3. FORNECIMENTO DE PASTEL FRITO:

- a) Produzido com massa de farinha de trigo e outros ingredientes de no mínimo dois tipos de recheio sendo carne bovina e/ou frango, peso unitário de no mínimo 100g aproximadamente e toda mão de obra necessária para o atendimento adequado e de qualidade deste evento. É de responsabilidade da empresa, fornecer todos os itens necessários para a execução deste fornecimento (fritadeira, estufa para salgados, guardanapos, entre outros), bem como transporte, alimentação, todo o equipamento de proteção individual para os funcionários envolvido nesta prestação de serviço.
- b) **Valor Máximo de Venda no Evento:** R\$ 6,00.

8.14.4. FORNECIMENTO DE ARROZ CARRETEIRO (ALMOÇO SÁBADO):

- a) Tendo como prato principal Arroz Carreteiro (conforme receita tradicionalista), servido em panela de alumínio, posteriormente a ser servido individualmente em prato de papelão plastificado, com jogo de talheres em inox (garfo e faca), guardanapo e pepino, toda mão de obra necessária para o atendimento adequado e de qualidade deste evento. É de responsabilidade da empresa, fornecer todos os itens necessários para a execução deste fornecimento, bem como transporte, alimentação, todo o equipamento de proteção individual para os funcionários envolvido nesta prestação de serviço.
- b) **Valor Máximo de Venda no Evento:** R\$ 30,00 (PÚBLICO EM GERAL).
- c) **Valor Máximo de Venda no Evento (Combo - Almoço + Bebida):** R\$ 30,00 (COMBO EXCLUSIVO PARA OS CAVALEIROS PARTICIPANTES DA 2ª CAVALGADA FESTA DO AGRICULTOR, (ALMOÇO ARROZ CARRETEIRO + 3 BEBIDAS, CERVEJA OU ÁGUA OU REFRIGERANTE)).

8.15. Fica expressamente vedada a comercialização de bebidas quentes, em qualquer modalidade de fornecimento, inclusive em recipientes inteiros ou porções fracionadas, durante todo o período de realização do evento.

8.16. A CONTRATADA poderá explorar o local do evento com 100% da arrecadação, exceto:

- a) Cobrança do estacionamento, sendo este 100% gratuito;
- b) Cobrança na entrada da Tarde Dançante, sendo esta 100% gratuita;
- c) Cobrança na entrada da Tarde da Melhor Idade, sendo esta 100% gratuita;
- d) Cobrança para utilização do Espaço Kids, sendo este 100% gratuito;
- e) Cobrança de qualquer tipo de entrada ou ingresso para acesso ao evento nos dias 01 e 02 de agosto de 2026, sendo o evento 100% gratuito.

8.17. DA VENDA DA BEBIDA E ALIMENTAÇÃO:

8.17.1. A CONTRATADA deverá dispor de, no mínimo, 02 (DOIS) pontos de venda de bebida, 01 (UM) pontos de venda de Almoço "Churrasco", 1 (UM) ponto de venda do Almoço "Arroz Carreteiro" e 1 (UM) ponto de venda de Pastéis, os quais serão comercializados com valores máximos já mencionados.



8.17.1.1. Sábado, dia 01/08/2026: Almoço (arroz carreteiro e churrasco), pastel e bebidas.

8.17.1.2. Domingo, dia 02/08/2026: Almoço (churrasco), pastel e bebidas.

8.17.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar uma churrasqueira de no mínimo 10 metros de comprimento para a execução do serviço de assar, pois se tratando do volume de almoço serviço, necessita-se desse preparo para não haver fila.

8.17.3. Os equipamentos deverão estar em perfeito estado de conservação, sendo que problemas técnicos deverão ser imediatamente sanados, mesmo que por substituição dos equipamentos, sem causar danos ou prejuízos ao Município.

8.17.4. A CONTRATADA deverá fornecer 250 jogos de mesas com suas respectivas cadeiras, preferencialmente em PVC para compor a praça de alimentação, mais se acaso houver necessidade para melhor acomodar pessoas sentadas para o almoço de domingo.

8.17.5. Todos e quaisquer encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA.

8.17.6. A CONTRATADA será responsável pela limpeza do ambiente assim como pelo fornecimento de pratos, talheres, copos, toalhas, guardanapos, palitos e outros utensílios necessários.

8.17.7. A CONTRATADA deverá oferecer estrutura mínima para 1.500 pessoas sentadas com suas respectivas mesas para o tradicional almoço no dia 02 de agosto de 2026 (Domingo) e toda a estrutura para a realização desse item.

8.17.8. Fica expressamente vedada a comercialização de bebidas quentes, em qualquer modalidade de fornecimento, inclusive em recipientes inteiros ou porções fracionadas, durante todo o período de realização do evento.

8.18. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA QUANTO ÀS APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS:

8.18.1. Será de responsabilidade da CONTRATADA, a contratação e pagamento das apresentações artísticas que se apresentarão no dia 01 de agosto de 2026 (sábado) durante o almoço da 2ª Cavalgada do Agricultor e na Tarde Dançante da Melhor Idade e no 02 de agosto de 2026 (domingo) no Almoço Festivo e na Tarde Dançante da Festa do Agricultor, bem como atendendo com traslado local se houver necessidade, hospedagem e alimentação, de acordo com as exigências da banda contratada.

8.18.2. Compete a CONTRATADA, contratar a apresentação artística para o almoço da 2ª Cavalgada do Agricultor (sábado dia 01 de agosto de 2026).

8.18.3. Compete a CONTRATADA, contratar a apresentação artística para a Tarde Dançante da Melhor Idade (sábado 01 de agosto de 2026).

8.18.4. Compete a CONTRATADA, contratar a apresentação artística para o Almoço Festivo (Domingo 02 de agosto de 2026).

8.18.5. Compete a CONTRATADA, contratar a apresentação artística da Tarde Dançante da Festa do Agricultor (domingo 02 de agosto de 2026).

8.18.6. Todas as contratações possuem Carta de Reserva de Data, conforme documentos anexados ao processo, acompanhadas de seus respectivos orçamentos.

8.18.7. O pagamento das apresentações artísticas é de inteira e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, não cabendo à Administração Pública qualquer ônus financeiro direto ou indireto a esse título. Os pagamentos deverão ser realizados de forma antecipada às apresentações, conforme as condições estabelecidas na carta de reserva de data e no orçamento previamente apresentado e aprovado, os quais integram o processo licitatório.

8.19. DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E VENDA DE TICKETS:

8.19.1. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, implementar e operar sistema de controle de vendas por meio de máquinas emissoras de tickets, sistema eletrônico equivalente, abrangendo a totalidade das operações comerciais realizadas no evento, incluindo, mas não se limitando, à comercialização de alimentos, bebidas e demais produtos ou serviços.



8.19.2. O sistema adotado deverá garantir a rastreabilidade, controle e apuração fidedigna das vendas efetuadas durante todo o período da festa.

8.19.3. Ao término do evento, a CONTRATADA ficará obrigada a apresentar à Administração Municipal relatório consolidado contendo, exclusivamente, as quantidades totais de itens comercializados, discriminadas por tipo de produto ou serviço, vedada a exigência de apresentação de valores financeiros, assegurando-se, assim, o sigilo comercial.

8.19.4. Os dados fornecidos terão caráter estritamente estatístico e gerencial, sendo utilizados pela Administração Municipal como base para análise de desempenho, planejamento e projeção de crescimento das edições futuras do evento.

8.19.5. A licitante deverá oferecer no mínimo 4 (quatro) pontos de vendas de Tickets durante o evento sendo eles:

- a) 01 de Agosto de 2026 (Sábado) – Mínimo 2 Ponto de Venda.
- b) 02 de Agosto de 2026 (Domingo) – Mínimo 3 Pontos de Vendas.

8.20. DOS DIREITOS FINANCEIROS DA CONTRATADA:

8.20.1. A CONTRADA terá direito a:

- a) 100% (cem por cento) da arrecadação com venda de bebidas;
- b) 100% (cem por cento) da arrecadação da venda de pastéis;
- c) 100% (cem por cento) da arrecadação da venda do Almoço “Churrasco e Arroz Carreiro”.
- d) 100% (cem por cento) da arrecadação com venda de anúncios.

8.20.2. A CONTRADA poderá disponibilizar espaços destinados à exposição e comercialização de produtos e serviços durante os dias do evento, sendo facultada a cobrança pelo uso desses espaços. Os valores máximos a serem praticados serão de até R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para empresas sediadas no Município de Apiúna e de até R\$ 600,00 (seiscentos reais) para empresas de outros municípios, deverão estar condicionados para a comercialização dos produtos e serviços onde deverão observar critérios de razoabilidade e modicidade, compatíveis com a natureza e finalidade do evento, de modo a garantir a acessibilidade econômica ao público e a adequada a festa, observados os princípios da razoabilidade, isonomia e interesse público.

8.20.3. Não será permitida a cobrança de ingressos no Parque Infantil. (Espaço Kids).

8.20.4. Não será permitida a cobrança de ingressos nas Tarde Dançante (Melhor Idade e Tarde Dançante de Domingo).

8.20.5. Não será permitida a cobrança de estacionamento.

8.20.6. Não será permitida a cobrança dos cavaleiros do café da manhã para a 2ª cavalgada, sendo ela totalmente gratuita.

8.20.7. A CONTRATADA será obrigada a fornecer no mínimo 20 almoços e águas assim que necessário no dia 02 de agosto (domingo), para distribuição da equipe de apoio.

8.20.8. A CONTRATADA será obrigado a fornecer bebida (água) para as apresentações artísticas que irão se apresentar no sábado e no domingo.

8.21. DA TARDE DANÇANTE DA MELHOR IDADE DO 01 DE AGOSTO DE 2026 (SÁBADO):

8.21.1. A apresentação artística será aquela previamente aprovada pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente no qual compõe a equipe de fiscalização (gestor, fiscal e aux. de fiscalização), e caberá a CONTRATADA, a opção de recolher ou não a taxa junto ao ECAD.

8.21.1.1. Caso faça o recolhimento o comprovante de pagamento e liberação do evento junto ao ECAD deverá ser apresentado até o dia 29 de Julho de 2026.

8.21.2. Compete a CONTRATADA, organizar e contratar a apresentação artística da Tarde Dançante da Melhor Idade no espaço do Centro de Eventos, em parceria com o Clube da Terceira Idade de Apiúna, no dia 01 de agosto de 2026, conforme Carta de Reserva de Data anexada ao processo.

**8.22. DA TARDE DANÇANTE DO DIA 02 DE AGOSTO DE 2026 (DOMINGO):**

8.22.1. A apresentação artística será aquela previamente aprovada pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente no qual compõe a equipe de fiscalização (gestor, fiscal e aux. de fiscalização), conforme Carta de Reserva de Data anexada ao processo, conforme o cronograma do evento, descrito neste contrato, e caberá a CONTRATADA, a opção de recolher ou não a taxa junto ao ECAD.

8.22.1.1. Caso faça o recolhimento o comprovante de pagamento e liberação do evento junto ao ECAD deverá ser apresentado até o dia 29 de Julho de 2026.

8.23. DO PARQUE INFANTIL:

8.23.1. A CONTRATADA deve disponibilizar, no mínimo 5 (cinco) brinquedos:

- a) 01 Tobogã Inflável Grande.
- b) 02 Camas Elásticas Grande.
- c) 01 Mesa de Pebolim.
- d) 01 Mesa de Air Hockey.

8.23.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar no mínimo 03 (três) monitores.

8.24. DA CEDÊNCIA DO ESPAÇO PARA FEIRA DA SECRETÁRIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E CULTURA:

8.24.1. A CONTRATADA deve estar ciente da cedência de espaço gratuitamente para feira de artesanato municipal credenciada na Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo e Cultura, para exposição e comercialização produtos artesanais, a SICOMTUR deverá avisar previamente com 3 dias de antecedência números de artesão que irão expor.

8.24.2. Os feirantes serão integralmente responsáveis pela organização de seus respectivos espaços, incluindo o fornecimento, montagem, manutenção e desmontagem de tendas ou gazebos.

8.24.3. Caberá exclusivamente aos feirantes a responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos decorrentes da utilização de suas estruturas, não recaindo à Administração Pública qualquer ônus nesse sentido.

8.25. DA CEDÊNCIA DO ESPAÇO PARA EXPOSITORES E COMERCIANTES:

8.25.1. A licitante disponibilizar espaços destinados à exposição e comercialização de produtos e serviços durante os dias do evento, sendo facultada a cobrança pelo uso desses espaços.

8.25.2. Estabelece-se que os valores máximos a serem praticados para cessão onerosa de espaço destinado durante o evento serão limitados a até R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para empresas sediadas no Município de Apiúna e a até R\$ 600,00 (seiscentos reais) para empresas sediadas em outros municípios.

8.25.3. A diferenciação de valores encontra respaldo no interesse público local, visando incentivar a participação de empreendedores do próprio município, fomentar a economia local e promover o desenvolvimento regional, sem, contudo, inviabilizar a participação de empresas externas, as quais também contribuem para a diversidade de produtos e serviços ofertados ao público.

8.25.4. Os valores estipulados foram definidos com base em critérios de razoabilidade e modicidade, considerando-se, especialmente, o caráter temporário do evento, com duração limitada a dois dias, bem como sua finalidade pública, de cunho social, cultural e econômico, voltada à promoção de acesso amplo e democrático à população.

8.25.5. Adicionalmente, os permissionários deverão assegurar que seus produtos e serviços estejam devidamente acondicionados e aptos à comercialização, observando padrões adequados de qualidade, higiene e apresentação, compatíveis com a natureza do evento.

8.25.6. Ressalta-se ainda que a fixação dos valores busca garantir a acessibilidade econômica tanto para os expositores quanto para o público participante, evitando a onerosidade excessiva que possa repercutir no preço final dos produtos comercializados, em consonância com os princípios da razoabilidade, isonomia, modicidade e supremacia do interesse público.



8.25.7. As empresas expositoras participantes do evento serão integralmente responsáveis pelo fornecimento, transporte, montagem, manutenção e desmontagem de suas respectivas estruturas, incluindo tendas inflável ou gazebo.

8.25.8. As estruturas deverão apresentar condições adequadas de uso, segurança e estabilidade, atendendo às normas técnicas e de segurança vigentes, sendo de inteira responsabilidade da expositora quaisquer danos materiais ou pessoais decorrentes de sua utilização.

8.25.9. A Administração Pública não se responsabilizará por quaisquer custos, danos ou prejuízos relacionados às estruturas utilizadas pelas empresas participantes, cabendo exclusivamente às mesmas a adoção de todas as medidas necessárias à sua regular utilização durante o evento.

8.26. DA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO (BEBIDA, ALMOÇO E PASTEL):

8.26.1. A CONTRATADA deverá dispor de, no mínimo, 02 (dois) pontos de venda de bebidas (sábado e domingo), 01 (um) ponto de venda de Almoço Domingo (churrasco), 1 (um) ponto de venda do Almoço Sábado (arroz carreteiro e churrasco) e 1 (um) ponto de venda de Pastel (sábado e domingo), devendo seguir o valor máximo abaixo mencionado.

8.26.2. A CONTRATADA deverá oferecer estrutura mínima para 1.500 pessoas sentadas com suas respectivas mesas para o tradicional almoço no dia 02 de agosto de 2026 (Domingo) e toda a estrutura para a realização desse item.

8.26.3. Dentro dos critérios de comercialização estabelecidos, seguem os valores máximos autorizados para venda ao público:

Pastel (mínimo 100gr)	R\$ 6,00
Churrasco (entre 0,550gr à 0,650gr) + Pãozinho + Salada	R\$ 40,00 Antecipado (até sexta-feira ao meio dia) R\$ 60,00 No Dia
Arroz Carreteiro + Salada	R\$ 30,00 *público geral R\$ 30,00 *combo exclusivo para os cavaleiros participantes da 2º Cavalgada (almoço arroz carreteiro + 3 bebidas, cerveja ou água ou refrigerante)
Cerveja (mínimo 350ml)	R\$ 6,00
Refrigerante (mínimo 350ml)	R\$ 6,00
Água (mínimo 500ml)	R\$ 4,00
Chopp (mínimo 400ml)	R\$ 12,00

8.26.4. Fica expressamente vedada a comercialização de bebidas quentes, em qualquer modalidade de fornecimento, inclusive em recipientes inteiros ou porções fracionadas, durante todo o período de realização do evento.

8.26.5. A justificativa dos valores estabelecidos encontra-se devidamente fundamentada no Termo de Referência anexado ao processo.

8.27. A CONTRATANTE, exige atenção especial quanto ao manuseio e à conservação de alimentos, especialmente os perecíveis. Esses produtos, por sua natureza sensível, estão sujeitos a deterioração rápida quando não armazenados ou preparados de forma adequada, o que pode comprometer a segurança alimentar dos participantes.

8.28. A validade dos alimentos está diretamente relacionada à sua capacidade de manter características sensoriais (sabor, aroma, textura), nutricionais e microbiológicas dentro de padrões seguros para o consumo.

8.29. Na ocasião em especial será exigido a validade mínima de 6 meses para itens diversos, e na produção das refeições como Almoço (Churrasco e Arroz Carreteiro) e o tradicional pastel deve ser no máximo de 24 horas de antecedência, a fim de evitar a proliferação de micro-organismos que causam intoxicações alimentares.

8.30. Ressalta-se ainda que o preparo e o fornecimento de alimentos temperados devem atender rigorosamente às normas sanitárias vigentes, em especial às diretrizes estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, incluindo boas práticas de manipulação, armazenamento, conservação e transporte de alimentos, conforme a RDC nº 216/2004.



8.31. A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos serviços, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado

8.32. Os serviços que forem recusados deverão ser substituídos ou corrigidos no prazo máximo de um (01) dia útil, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

8.33. O objeto do contrato será recebido:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

8.34. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

9. CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO.

9.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei nº 14.133/2021.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.4. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

9.5. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de Pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 - Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara).

9.6. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 - Plenário).

9.7. A fiscalização será exercida pelo servidor Maico Meneghelli como titular e pelo servidor Alamir Bazzani como auxiliar, conforme portaria xx/2026, podendo haver alterações.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

10.1. Compete a CONTRATADA:

10.1.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) Fornecer os objetos licitados de acordo com a qualidade exigida pelos órgãos de controle governamental;

b) Responsabilizar-se integralmente pelos objetos ora contratados, nos termos da legislação vigente;

c) Comunicar a prefeitura, por escrito, no prazo de 03 (três) dias úteis, quaisquer alterações ocorridas no Contrato Social, durante o prazo de vigência do Contrato, bem como apresentar documentos comprobatórios;



- d) Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do servidor autorizado da prefeitura, encarregado de acompanhar a execução do contrato, prestando todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- e) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133/2021;
- f) A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou à terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto CONTRATADA, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo;
- g) A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado;
- h) Responsabilizar-se, em relação aos seus empregados ou terceiros, por todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto desta contratação, tais como salários, seguro contra acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela Prefeitura;
- i) Responsabilizar-se pelo pagamento da guia do ECAD (www.ecad.org.br), se houver necessidade;
- j) Providenciar as licenças municipais, estaduais, e federais se caso houver necessidade para a realização do evento junto aos órgãos competentes (Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Fórum);
- l) Providenciar no mínimo 4 caixas para compra de ticket's da venda bebida e alimentação (completo com mão de obra), conforme já consta nesse edital.
- m) A contratação das apresentação artística para os dias 01 e 02 de agosto de 2026 previamente aprovado pela Sec. de Agricultura e Meio Ambiente, conforme carta de reserva e orçamentos anexada nesse processo licitatório;
- n) A empresa vencedora deverá oferecer estrutura mínima para 1.500 pessoas sentadas com suas respectivas mesas para o tradicional almoço no dia 02 de Agosto de 2026 (Domingo) e toda a estrutura para a realização;
- o) A limpeza do Centro de Eventos após a sua realização;
- p) O pagamento das apresentações artísticas é de inteira e exclusiva responsabilidade da contratada, não cabendo à Administração Pública qualquer ônus financeiro direto ou indireto a esse título. Os pagamentos deverão ser realizados de forma antecipada às apresentações, conforme as condições estabelecidas na carta de reserva de data e no orçamento previamente apresentado e aprovado, os quais integram o processo licitatório.
- q) A licitante contratada, deverá **produzir, organizar e fazer a gestão completa no sábado dia 01/08/2026 da 2ª cavalgada em comemoração à Festa do Agricultor** em parceria com os grupos de cavaleiros do município de Apiúna, a mesma deverá também ofertar um café da manhã para no mínimo 100 (cem) cavaleiros totalmente gratuito conforme já consta nesse edital, juntamente com o grupo de cavaleiros a licitante devesa descrever o trajeto da cavalgada, horário de saída e chega sendo que a chegada será no Centro Eventos de Apiúna e **deverá cumprir com toda a obrigatoriedade exigida pelas leis vigentes para a organização e execução do item, tais como médico veterinário responsável para eventos equinos, quitações de taxas (Cidasc e ART) sendo elas apresentadas 2 dia antes do evento, entre outras**, devesa também ocorrer sorteios de brindes para os cavaleiros ali presentes (**saco de 25kg de ração para equino – melaço**), lembrando que o trajeto feito pela cavalgada as “vias publica” deverá ser limpa e retirando os dejetos ali deixado pelos animais que participaram **logo após o evento**. Toda organização, produção e gestão fica por conta do licitante sem ônus para a municipalidade, lembrando que organização, produção e a gestão deve contar com a parceria dos grupos de cavaleiros do município de apiúna e cidades vizinhas. **A licitante deverá ofertar para o almoço da cavalgada somente para os cavaleiros participantes um combo no valor de R\$ 30,00 como já mencionado neste termo. (arroz carreteiro + 3 cervejas ou refrigerante ou água).**
- r) A licitante deverá **produzir, organizar e fazer a gestão completa** no domingo dia 02/08/2026 do 2º desfile de tratores e tobatas pelo centro da cidade com os agricultores do município Apiúna, a licitante deverá mapear quantidade de tratores e organizar o desfile que deverá ter a concentração com início as 6h00 no Centro Eventos de Apiúna percorrendo as principais ruas da cidade, passando em frente ao igreja matriz Sant'Ana para uma benção e logo após retornando para o centro eventos da cidade. **Toda organização, produção e gestão desde o mapeamento dos tratores juntamente com a sec. de agricultura e meio ambiente até a rota do desfile ficará por conta do licitante sem ônus para a municipalidade.**



A licitante deverá ofertar como subsídio aos participantes do desfile 1 almoço (tradicional churrasco) gratuitamente, como uma forma de contribuição para a participação no desfile, conforme já estabelecido nesse termo de referência.

s) Fica condicionada a licitante a **produção, organização e gestão para o preparo do almoço de sábado (01 de agosto)** a base de arroz carreteiro acompanhado de salada, onde o serviço deverá contemplar toda a estrutura necessária para a execução do mesmo. u) A licitante poderá disponibilizar espaços destinados à exposição e comercialização de produtos e serviços durante os dias do evento, sendo facultada a cobrança pelo uso desses espaços. Estabelece-se que os valores máximos a serem praticados para cessão onerosa de espaço destinado durante o evento serão limitados a até R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para empresas sediadas no Município de Apiúna e a até R\$ 600,00 (seiscentos reais) para empresas sediadas em outros municípios.

10.2. Compete a CONTRATANTE:

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;
- f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- g) Compete a Contratante organizar a Missa de Ação de Graças que será realizada no domingo dia 02/08/2026;
- h) Compete a Contratante organizar o Sorteio de Brindes para os Agricultores presente no domingo dia 02/08/2026 durante o Almoço Festivo.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

11.2. Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:

11.2.1. Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

11.2.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

11.2.2.1. No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;

11.2.2.2. No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;

11.2.2.3. No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

11.2.2.4. No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;



11.2.2.5. No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;

11.2.2.6. No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior competente na entrega da mercadoria / prestação do serviço.

11.2.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Apiúna, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos itens 11.2.2.2 à 11.2.2.5 e 11.2.4.1 à 11.2.4.2.

11.2.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

11.2.4.1. Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em contrato;

11.2.4.2. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.2.4.3. Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.2.4.4. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.2.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.3. Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

11.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.5. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município de Apiúna poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

11.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da conduta do infrator, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

11.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.9. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no Diário Oficial dos Municípios.

11.10. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

11.10.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) PRÁTICA FRAUDULENTA: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;



c) PRÁTICA CONCERTADA: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO.

12.1. O PRESENTE CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO:

12.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

12.1.3. A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

12.1.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES.

13.1. É VEDADO À CONTRATADA:

13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES.

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO.



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE APIÚNA

RUA QUINTINO BOCAIÚVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br

Folha nº

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO.

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Ascurra/SC para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

....., DE DE 2026.

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE APIÚNA

RUA QUINTINO BOCAIÚVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br

Folha nº

ANEXO X – TERMO DE VISTORIA/VISITA TÉCNICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2026

DECLARO, PARA OS DEVIDOS FINS, QUE A EMPRESA _____, INSCRITA NO CNPJ Nº _____, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL OU RESPONSÁVEL TÉCNICO, SR.(A) _____, REALIZOU VISTORIA TÉCNICA NO LOCAL ONDE SERÁ EXECUTADO O OBJETO DA LICITAÇÃO, TOMANDO PLENO CONHECIMENTO DE TODAS AS CONDIÇÕES LOCAIS, CARACTERÍSTICAS, PECULIARIDADES E DEMAIS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS À ADEQUADA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

DECLARO, AINDA, QUE FORAM VERIFICADAS TODAS AS CONDIÇÕES FÍSICAS, OPERACIONAIS E LOGÍSTICAS DO LOCAL, NÃO PODENDO A EMPRESA ALEGAR, POSTERIORMENTE, DESCONHECIMENTO DE QUAISQUER ASPECTOS QUE POSSAM INFLUENCIAR NA EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO.

POR SER EXPRESSÃO DA VERDADE, FIRMO A PRESENTE DECLARAÇÃO.

APIÚNA/SC, ____ DE _____ DE _____.

ALEX DOS SANTOS
SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE APIÚNA

RUA QUINTINO BOCAIÚVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br

Folha nº

ANEXO X – TERMO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2026

DECLARO, PARA OS DEVIDOS FINS, QUE A EMPRESA _____, INSCRITA NO CNPJ Nº _____, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL OU RESPONSÁVEL TÉCNICO, SR.(A) _____, OPTOU POR NÃO REALIZAR A VISITA TÉCNICA AO LOCAL ONDE SERÁ EXECUTADO O OBJETO DA LICITAÇÃO.

DECLARO, AINDA, QUE A EMPRESA POSSUI PLENO CONHECIMENTO DE TODAS AS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES INERENTES À NATUREZA DOS SERVIÇOS, ASSUMINDO TOTAL RESPONSABILIDADE POR ESSA DECISÃO, BEM COMO PELAS CONSEQUÊNCIAS DECORRENTES DA AUSÊNCIA DA VISTORIA TÉCNICA, NÃO PODENDO ALEGAR, POSTERIORMENTE, DESCONHECIMENTO DE QUAISQUER ASPECTOS QUE POSSAM INFLUENCIAR NA EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO.

POR SER EXPRESSÃO DA VERDADE, FIRMO A PRESENTE DECLARAÇÃO.

Data:

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL



ANEXO XI – TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS POR EMPRESAS SUBCONTRATADAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2026

EU, _____, [NOME COMPLETO], NA QUALIDADE DE REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA _____, INSCRITA NO CNPJ Nº _____, COM SEDE À _____, DECLARO, PARA OS DEVIDOS FINS, QUE:

A EMPRESA _____, INSCRITA NO CNPJ Nº _____, COM SEDE À _____, SERÁ SUBCONTRATADA PARA A EXECUÇÃO DOS SEGUINTE SERVIÇOS: _____, NO ÂMBITO DO OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO.

DECLARO, AINDA, QUE:

- I. A SUBCONTRATAÇÃO DECORRE DA NECESSIDADE DE ATENDIMENTO INTEGRAL ÀS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS E OPERACIONAIS DO OBJETO, PERMANECENDO A CONTRATADA RESPONSÁVEL PELA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E EXECUÇÃO GLOBAL DOS SERVIÇOS;
 - II. A EMPRESA SUBCONTRATADA POSSUI CAPACIDADE TÉCNICA, OPERACIONAL, ADMINISTRATIVA E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA ADEQUADAS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS A ELA ATRIBUÍDOS;
 - III. A SUBCONTRATAÇÃO POSSUI CARÁTER ESPECÍFICO E RESTRITO AOS SERVIÇOS ACIMA INDICADOS;
 - IV. A SUBCONTRATAÇÃO NÃO EXCLUI, REDUZ OU LIMITA, EM QUALQUER HIPÓTESE, A RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA PERANTE O MUNICÍPIO DE APIÚNA, PERMANECENDO ESTA COMO ÚNICA E INTEGRAL RESPONSÁVEL PELO CUMPRIMENTO DE TODAS AS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS;
 - V. A CONTRATADA ASSUME TOTAL RESPONSABILIDADE PELOS ATOS PRATICADOS PELA SUBCONTRATADA, DE QUALQUER NATUREZA, INCLUINDO, MAS NÃO SE LIMITANDO A ASPECTOS TÉCNICOS, OPERACIONAIS, DE SEGURANÇA DO TRABALHO, TRABALHISTAS, FISCAIS, PREVIDENCIÁRIOS E CIVIS;
 - VI. A CONTRATADA ASSEGURA QUE TODOS OS EMPREGADOS DA SUBCONTRATADA ENVOLVIDOS NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS ESTARÃO DEVIDAMENTE REGULARIZADOS QUANTO ÀS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E DE SEGURANÇA DO TRABALHO, SENDO SEU ACESSO ÀS DEPENDÊNCIAS CONDICIONADO À DEVIDA AUTORIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO;
 - VII. NÃO HAVERÁ, EM DECORRÊNCIA DA SUBCONTRATAÇÃO, QUALQUER VÍNCULO JURÍDICO, RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA OU SUBSIDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE APIÚNA PERANTE A SUBCONTRATADA OU SEUS EMPREGADOS;
 - VIII. TODAS AS OBRIGAÇÕES PREVISTAS NO EDITAL, SEUS ANEXOS E NO FUTURO CONTRATO APLICAM-SE INTEGRALMENTE À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PELA SUBCONTRATADA, NO QUE COUBER;
 - IX. A CONTRATADA RESPONSABILIZA-SE PELA CONTRATAÇÃO DA SUBCONTRATADA, COMPROMETENDO-SE A ASSEGURAR O CUMPRIMENTO DE TODAS AS OBRIGAÇÕES LEGAIS E CONTRATUAIS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS;
 - X. A CONTRATADA COMPROMETE-SE A ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PELA SUBCONTRATADA, GARANTINDO O CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES, PRAZOS E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS;
 - XI. A CONTRATADA ASSUME INTEGRAL RESPONSABILIDADE POR QUAISQUER DANOS CAUSADOS À ADMINISTRAÇÃO OU A TERCEIROS, DECORRENTES DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PELA SUBCONTRATADA.
- POR FIM, DECLARO QUE AS INFORMAÇÕES PRESTADAS SÃO VERDADEIRAS, ASSUMINDO TOTAL RESPONSABILIDADE PELAS IMPLICAÇÕES LEGAIS DECORRENTES DESTA DECLARAÇÃO.

APIÚNA/SC, ____ DE _____ DE _____.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME:

CARGO: